

Gestão e Sociabilidades do Trabalho em rede

-as relações de trabalho em novos formatos organizacionais

Zilma Borges de Souza

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP (2009), Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas - SP (2000). Professora e pesquisadora na Fundação Getulio Vargas, realiza pesquisas e orienta trabalhos com foco na geração de trabalho e renda e análise do sujeito político nas experiências de trabalho, relacionados aos seguintes temas: Significado do Trabalho e novas Sociabilidades, Gestão Social e Governança para o Desenvolvimento Local e Territorial, Redes Sociais Produtivas e Cooperação e Vínculos de Trabalho nas áreas pública e privada.

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre o trabalho organizado em redes sociais produtivas, tomando-se como exemplo a Rede de Agroecologia Ecovida, situada nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A pesquisa privilegiou a complexidade inerente à configuração do trabalho em rede, desenvolvido pelos agricultores familiares em dois núcleos desta rede no estado de Santa Catarina. Foram investigadas, dentre outras, as peculiaridades da produção agroecológica, as inovações técnicas na forma de produzir, a revalorização das práticas sociais tradicionais no meio rural, assim como a ampliação dos riscos para o pequeno produtor. A reflexão se concentrou nas formas de organização em redes sociais produtivas, caracterizadas como projetos alternativos de produção, que apresentam duplo direcionamento - o da cooperação e o da orientação para resultados econômicos. Mais especificamente, se pretendeu investigar as consequências e desafios destas relações, atentando para a configuração atual do trabalho na sociedade.

Palavras-chave: 1. Redes Sociais Produtivas; 2. Agricultura Familiar; 3. Agroecologia; 4. Trabalho; 5. Rede de Agroecologia Ecovida.

Abstract

The purpose of this text is to reflect about the organized work in productive social networks, taking as an example the Rede de Agroecologia Ecovida (Ecovida Agroecology Network), located in the States of Santa Catarina and Rio Grande do Sul. The research paid a special attention to the complexities inherent to the network that was developed by the family farmers in two locations in the state of Santa Catarina. It has been researched, among others, the peculiarities of the agroecology production, the innovative techniques to produce, the increase in worth of the traditional social practices in the rural environment, as the increasing risks for the small farmer. In front of such a broad scenario of the worsening in the work relations, the reflection concentrated in forms of the organization of social productive networks, characterized as alternative production projects, that presents two directions – that of cooperation and that of the drive to economical results. More specifically, it intended to investigate the consequences and challenges of these relations, paying attention to the real configuration of the work in society.

Key words: 1. Productive Social Networks; 2. Family Farming; 3. Agroecology; 4. Work ; 5. Ecovida Agroecology Network.

Gestão e Sociabilidades do Trabalho em rede -as relações de trabalho em novos formatos organizacionais¹

Introdução

Este texto estuda as formas de sociabilidade do trabalho estruturadas em redes sociais produtivas, com foco específico para o mundo rural e a agricultura familiar. Toma-se como objeto de estudo a configuração do trabalho, as experiências e práticas de agricultores, que aderiram à produção orgânica, organizados em uma rede vinculada à região sul do país, a Rede de Agroecologia Ecovida. Definido como objetivo central de pesquisa, o de investigar as condições para que atividades produtivas desenvolvidas em rede possibilitem a geração de autonomia e desenvolvimento político para seus participantes, foram realizados estudos utilizando-se a metodologia do estudo de caso, investigando cinco grupos pertencentes a dois núcleos desta rede, do estado de Santa Catarina – Planalto Serrano e Litoral Catarinense. Selecionou-se para estudo a agricultura familiar de produção ecológica, como forma alternativa de trabalho relevante no contexto brasileiro, a qual demanda políticas públicas e exerce função significativa na política de segurança alimentar do país. São encontradas articulações hoje no Brasil, na produção da agricultura familiar, que despontam como alternativa econômica para geração de trabalho e renda, inclusive com a busca de financiamento através de políticas de microcrédito, e engajamento em políticas públicas dessa natureza. A agricultura familiar passa a ocupar papel relevante na política de segurança alimentar, e é atenção de políticas públicas que se ajustam a propostas como o planejamento territorial e a construção de novos mercados e o crédito para financiar o pequeno agricultor. Foram ouvidos 14 agricultores, sete técnicos de organizações não governamentais e lideranças da rede pesquisada, quatro especialistas ligados a Universidades, ao poder público municipal e federal. Verificou-se a existência de elementos fundamentais para a sustentabilidade desta

¹ Este relatório é resultante de projeto de pesquisa vinculado ao doutorado concluído em 2009 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais na área de concentração Sociologia. A tese apresentada é intitulada "A Configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas - Experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida". Encontra-se em andamento a produção de livro sobre a tese, e alguns resultados de pesquisa já foram concluídos, com os seguintes papers aprovados e apresentados: XII Encontro de Gestão e Meio Ambiente /2010: Artigo: Certificação Como Estratégia Sustentável Para Comercialização e Internacionalização Na Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar: O Caso da Rede de Agroecologia Ecovida: profa Zilma Borges e Prof Luciel Oliveira e XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia/2009: Artigo: Cooperação e Vínculos em Redes Sociais Produtivas – Zilma Borges.

rede, que propiciam a existência de relações de credibilidade entre os diversos agentes envolvidos, e formam vínculos que fazem sentido para os participantes da rede. Na Ecovida, a rede funciona como mecanismo de integração, como um contexto de aprendizagem e o como um sistema de comunicação. No entanto, no detalhamento do problema de pesquisa, à medida que se descobria o modo de funcionamento da Rede de Agroecologia Ecovida, verificava-se que as relações mais estreitas dos grupos e vínculos familiares, eram fundamentais para a sua constituição e operação. Neste sentido a dimensão relacional é uma base importante a partir da qual os agricultores podem adquirir as prerrogativas necessárias à sua participação no processo de desenvolvimento. As experiências relatadas pelos agricultores durante a pesquisa de campo revelaram mudanças na vida cotidiana e relações familiares apontadas por eles. Há uma significativa inserção da mulher, seguida da inserção posterior do marido de trabalhos considerados penosos, e com uso de produtos químicos. Também se verificou que a permanência de cada membro na rede está baseada não só no compartilhamento de objetivos, mas também na possibilidade de um sistema de valores mútuos, mas, igualmente de elementos de discordância e conflitos.

1. Redes Sociais Produtivas

A análise de redes sociais tem se encaminhado para estudos que não tomam como unidade de análise o ator individual que faz parte da rede em estudo, mas o conjunto de atores ou indivíduos e as suas interações.

A apreensão dessas dinâmicas moveu também o interesse científico inicial na perspectiva de redes. No campo acadêmico, a análise desenvolveu-se primeiramente no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, focalizando as interações promovidas por indivíduos e grupos sociais em suas relações cotidianas de interesses, afinidades e satisfação de necessidades (SWEDBERG, 2004).

O foco dado pela sociologia econômica privilegia o entendimento das relações estabelecidas e interesses subjacentes e foi concebido inicialmente como metodologia de análise das relações em sociedade. Tem sido usado, por exemplo, para explicar relações que não podem ser classificadas nem como costumes nem como de racionalidade puramente econômica. Esses estudos iniciais buscavam problematizar a implementação de projetos de desenvolvimento, apontando um hiato entre a previsibilidade da “maximização” da riqueza e

a identificação de conexões pré-existentes por articulações políticas e interesses de grupos que criam maior complexidade para o êxito (SWEDBERG, 2004).

Este tipo de organização se diferencia das cooperativas ou outras formas de trabalho autogerido e coletivo, entre outras características, pela não existência de proprietários coletivos.

Outro ponto que caracteriza as redes é a busca de troca de capacidades e habilidades entre os atores envolvidos, que podem definir um tipo de reciprocidade e mutualidade. Esta é uma visão das redes como um conjunto de inter-relações que dinamizam as competências das unidades envolvidas, se conseguirem se apoiar em objetivos comuns e complementares (BALESTRO, 2004).

Além da importância das relações entre os atores, Wasserman e Faust (1994) assinalam também que a análise de redes sociais se baseia nas seguintes premissas:

os atores e suas ações são vistos como *interdependentes*, e cada ator é *uma unidade autônoma*; as ligações ou as relações entre atores são canais para transferir ou fluir recursos sejam materiais ou imateriais; modelos de redes focalizam visões individuais do ambiente estrutural de rede, provendo oportunidades para as restrições sobre ações individuais e que os modelos de redes conceitualizam estruturas sociais, econômicas, ou outras, parecidas como os últimos padrões de relações entre os atores (WASSERMAN e FAUST, 1994:4 apud PEREIRA; FREITAS, 2005 ²).

Segundo Wasserman e Faust (1994:04) as regularidades ou padrões de ligações entre os atores podem ser de diversos tipos, a saber: transações comerciais, fluxos de recursos, fluxos de informações, avaliação afetiva de uma pessoa em relação à outra, entre outras formas de ligação que se repetem gerando relações. É possível inferir que o *tipo de ligações e o padrão de regularidade* contribuem para a definição das expectativas entre os atores.

² WASSERMAN, S.; FAUST, K. Social Network Analysis: Methods and Applications. Cambridge University Press, 1994 apud PEREIRA, Hernani; FREITAS, Mário. Contribuição da análise de redes sociais para o estudo sobre os fluxos de informações e conhecimento. In: PEREIRA, H. ET all; (Orgs.). Mosaico: Difusão do Conhecimento na Sociedade da Aprendizagem. Salvador e Feira de Santana: Edufba e Editora da UEFS, 2005.

Outros enfoques anteriormente privilegiados no campo científico para a análise de Redes Sociais se desenvolveram no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, com atenção dedicada às “interações promovidas por indivíduos e grupos sociais em suas relações cotidianas de interesses, afinidades e satisfação de necessidades”. A partir da década de 1980, e mais fortemente na década de 1990, os estudos nessa área começaram a refletir as novas demandas das sociedades complexas e a ter um enfoque econômico. Na Sociologia Econômica, a perspectiva das redes é concebida como metodologia de análise para investigar diversos tipos de interações as quais, embora visem a fins econômicos, não podem ser classificadas nem como costumes nem como de racionalidade puramente econômica. Esses estudos buscam problematizar a implementação de projetos econômicos, apontando um hiato entre a previsibilidade e a busca de caminhos diretos da “maximização” da riqueza, em uma oposição à visão das ciências econômicas. Uma de suas ênfases é o reconhecimento de redes preexistentes, com articulações políticas e interesses de grupos que criam uma complexidade para o alcance de resultados (SWEDBERG, 2004:17).

Deve-se acrescentar que no Brasil as pesquisas sobre redes têm sido aplicadas por diversos estudiosos do tema, ao se analisarem os movimentos sociais.

Considerando as discussões acima desenvolvidas, os aportes teóricos sobre redes e das formas alternativas de organizar o trabalho com ênfase coletiva, um termo que consideramos definir a complexidade presente nestas relações é o de Redes Sociais Produtivas.

Redes Sociais produtivas são aquelas definidas por relações sociais com finalidade econômica por meio da geração e ampliação de oportunidades de trabalho e incluem a busca de participação ativa de seus componentes como fator de manutenção da própria rede.

O termo “social” aplicado ao conceito parte não somente da compreensão das redes como construções sociais, como também caracteriza as articulações visando à defesa de causas sociais e fins orientados a esta direção.

Pode-se incluir como condições cruciais na determinação do êxito destas redes a de serem orientadas ao mesmo tempo para fins sociais e econômicos, a de se originarem de contextos e expressões culturais diversas e requererem participação ativa dos sujeitos em contextos de aprendizagem e de atuação política no espaço público. Compreende-se como espaço público os que envolvem relações com as esferas municipal, estadual e federal, e os microespaços possíveis nas estruturas de poder decisório.

Desse modo, as redes sociais produtivas se constituem como consequência de complementaridades necessárias, identificadas ao longo de cadeias produtivas ou de estruturas horizontais, sugerindo um leque de objetivos comuns. Representam, assim, uma tentativa de

superar a distinção entre a racionalidade econômica e o interesse social, envolvendo as relações pessoais e o cotidiano.

Sob essa ótica, cabe a afirmação de Abramovay (2000) de que a impessoalidade dos mercados existe, mas as interações concretas e localizadas são fundamentais para suas dinâmicas. Assim, ao reconhecer que as formas de reciprocidade podem influenciar significativamente as relações econômicas, um dos avanços mais importantes das formas em rede é a idéia de enraizamento ou submersão (*embeddedness*) e a sugestão de que os vínculos concretos, as relações de proximidade, a racionalidade limitada pelo contexto e a atmosfera cultural da sociedade são essenciais para as relações econômicas (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007).

É neste sentido que a noção de rede se torna um importante referencial a partir do qual analisar as relações sociais e econômicas num dado contexto. Se os mercados são constituídos por atores sociais que estabelecem interações específicas e concretas, as posições dos indivíduos, as relações de proximidade e os vínculos sociais que possuem determinada história personalizam os mercados. Essa configuração faz com que os mercados não sejam anônimos, ao contrário, conhecer as pessoas faz parte das ações que se realizam neste espaço social, e, dessa maneira, há a possibilidade de se conformarem redes (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007:256).

Exemplos como a reunião de pequenos produtores para ampliar as condições de produção, comercialização e fortalecimento perante o Mercado, denotam um conceito operacional como “estratégia de ação coletiva”, ou seja, um uso instrumental pelos atores sociais. Scherrer-Warren, afirma que, no caso brasileiro, “a noção de rede vem sendo empregada de forma crescente nos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos” (SCHERRER-WARREN, 1999:23).

Dentro desse foco sociopolítico, é possível incluir as redes formadas por grupos de trabalhadores, associações, cooperativas, organizações não-governamentais (ONGs), e outras entidades, que consolidam a atuação da “sociedade civil organizada” nos mais diversos campos e envolvem relevantes debates que representam desafios para políticas públicas no

Brasil. As articulações visando a esse objetivo funcionam como uma estratégia para a integração de atividades produtivas em determinada região, aproximando grupos de apoio.

Registra-se nesse cenário inclusive, uma reelaboração das formas de os movimentos sociais atuarem, as quais incluem mudanças na organização das lutas em um processo de expansão de conexões e articulações, com cruzamento de causas sociais diversas em uma mesma rede.

Como exemplo, no caso da agricultura, controvérsias sobre a produção de sementes controladas por grandes empresas e o investimento em pesquisa para a produção de alimentos transgênicos integram diversos grupos de interesse.

Quando aplicadas para fins produtivos, as relações em rede podem estruturar formas de trabalho que vinculem grupos ou indivíduos a diversos outros agentes que viabilizam a produção, comercialização e inserção no mercado, sem estar necessariamente dentro de uma mesma estrutura organizacional. Tal procedimento amplia as relações para além do círculo produtivo cotidiano e diminui os limites definidos pela hierarquia organizacional ou pela divisão de funções de forma estrita, mesmo no caso de cooperativas.

Nesse tipo de estrutura se requer maior autonomia dos trabalhadores para integrar o processo de produção com o de consumo e ampliar os níveis de cooperação entre os diversos agentes envolvidos no processo produtivo. Certamente, é um desenho que exige atividades de coordenação e gestão diferentes daquelas baseadas em hierarquia e poder centralizado, proporcionando mais pontos de contato horizontais do que verticais e hierárquicos.

Essa flexibilidade define “o aspecto da não institucionalização de uma estrutura e da dinâmica constante entre grupos e indivíduos como a forma definidora as redes” (Marterleto, 2001). Para Marteleto

as redes nas ciências sociais designam normalmente – mas não exclusivamente – os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. É composta de indivíduos, grupos ou organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros (MARTELETO, 2001:73).

Considerando formas alternativas de trabalho, com ênfase social, mas levando-se em conta o direcionamento econômico nas redes produtivas, cabe problematizar como articulações desse tipo podem encaminhar projetos viáveis financeiramente, mas refletindo sobre os conflitos presentes nas experiências participativas e de autogestão.

Segundo Marteletto (2001), nos movimentos populares, o enfoque das redes deu ensejo a perceber que esses movimentos estão colocando em prática uma nova compreensão do conhecimento e da informação. Para estudar os papéis dos atores nas redes de movimentos em educação popular e saúde, a autora construiu categorias de participação dos indivíduos relacionados aos modos de combinação dos recursos comunicacionais, informacionais e cognitivos que cada um é capaz de mobilizar. Ainda segundo a autora, nos ambientes sociais informais - como as redes de movimentos sociais - cada ator pode desempenhar, com maior ou menor sucesso, vários e múltiplos papéis. As relações horizontalizadas e a ausência de estrutura hierarquizada permitiriam assim papéis flexíveis e interdependentes. Alguns ganhos consideráveis são registrados nessas pesquisas, como registrado por Marteletto (2001):

[...] a formação das redes de movimentos sociais corresponde à criação de redes de conhecimentos que alimentam e dão sentido informacional às visões e estratégias de ação e de direção dos agentes. Os conhecimentos se constituem como matérias informacionais, que pelas suas qualidades imateriais, articulam entre si o que foi notado (observado) ou experimentado pelos agentes nas suas práticas, dentro do ambiente contextualizador da sociedade onde essas redes se movimentam (Marteletto, 2001:22).

A obtenção desse ganho de informação e conhecimento pode representar novas perspectivas de compreensão perante determinadas conjunturas, mas redes não emergem automaticamente ou por pressões. Elas são socialmente construídas. Por esse motivo, podem ser determinantes não somente na ação coletiva, como também podem exercer um *feedback* em relação às instituições, ajudando a redefini-las (Baiardi e Nadia, 2006).

Essa reflexão permite inferir que estruturar articulações em rede não significa resolver questões de poder, de clientelismo, e de outras práticas conservadoras presentes em determinados contextos, mas podem vir a ser instrumentos de revisão destas mesmas práticas.

A característica própria desses modos de organização enfatiza a comunicação e a expressão de interesses individuais e coletivos. Por meio de mecanismos de decisão descentralizados, se ampliam chances de maior participação e eficácia, mas a institucionalização dos arranjos pode formalizar esquemas burocráticos e de controle das práticas sociais. Indaga-se, então: Quais as condições para que os atores se apropriem das conexões estabelecidas? E que novas questões se evidenciam com a abertura desses novos vínculos em rede?

Realizando a crítica às referidas concepções, Oliveira (2002) avalia o efeito contraditório da pretendida autonomia social proposta em ações mobilizadas por organizações não-governamentais, ao funcionarem muitas vezes como “lugar do não-conflito”. De certa forma, “privatizam o público, mas não publicizam o privado, no sentido de introduzir nele o conflito”. Nesse sentido, Oliveira (2002) chama atenção para entraves criados pela aplicação de programas de geração de trabalho e renda que, encobertos pela concepção de desenvolvimento local, podem apenas reatualizar a pobreza, pois “persiste o fato de que toda rede, é, por definição, seletiva [...] No plano econômico-sócio-político-cultural a rede não corrige a desigualdade, apenas a desloca”. As propostas de desenvolvimento local apresentadas como “contratendência à concentração, pelo contrário, podem inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades”, já que a descentralização não implica diretamente em desconcentração de renda e investimentos (OLIVEIRA, 2002:16-21).

Considerando a perspectiva defendida por Machado (2006), uma maior intersecção entre formas alternativas de trabalho e movimentos sociais pode ser um caminho para ampliar, organizar e politizar grupos organizados, que, destarte, se fortalecem e renovam suas bases sociais. A articulação em rede parece vir ao encontro da abertura de algumas perspectivas neste sentido, pois a capacidade de expansão das questões locais é facilmente visível, mas a organização e a politização apresentam outros complicadores. Em relação a esse problema pode-se ampliar a discussão com a crítica que Moura (1997) faz pelo risco de apropriação do conceito de “participação” ocorrer com a justificativa de eficiência e eficácia gerencial, o que equivale neste caso, à “participação como uma ferramenta de gestão” (MOURA 1997).

2.Organização e relações de trabalho na perspectiva de redes sociais produtivas: A Rede de Agroecologia Ecovida.

As formas de se estudarem relações de trabalho geralmente buscam captar a organização e o processo por meio dos quais estas são realizadas. Nas redes com fins econômicos outros elementos são incorporados para captar estes aspectos. No trabalho configurado em rede se requer maior autonomia dos trabalhadores para integrar o processo de produção com o de consumo, e ampliar os níveis de cooperação entre diversos agentes envolvidos no processo produtivo. Para tanto, são incorporadas capacidades relacionais como parte da produção em si, como por exemplo, as habilidades de comunicação e linguagem, os recursos intelectuais e afetivos que passam a incorporar o processo de trabalho, como fontes de produtividade.

Considerando a proposta de relações de autonomia para as redes, uma das formas de organização é levar a idéia de enraizamento (*embeddedness*) para o interior das relações produtivas sociais, o que sugere a seguinte questão: como se podem entender os desafios postos para as relações de trabalho, considerando a necessidade de compromisso, e participação mais ativa em vínculos dinâmicos? É um desenho que exige atividades de coordenação e gestão diferentes das baseadas em hierarquia e poder centralizado, proporcionando mais pontos de contato horizontais do que verticais.

Por outro lado, esta mesma configuração do trabalho requer maior uso de capacidades humanas relacionais, de comunicação e disponibilidade para o agir produtivo.

Pode-se afirmar que a estrutura em rede concretiza a utilização dessas relações para fins econômicos, porém essa transformação inclui dilemas sobre como estruturar e concretizar relações fundadas em outros valores, além de uma racionalidade puramente econômica. Neste sentido, diversos pontos de inflexão se apresentam ao se revalorizarem economicamente, como força produtiva, aspectos que já faziam parte do meio social desses trabalhadores, e novas relações ampliadas, buscando transformar conexões e valores de apoio mútuo como eficiência social coletiva.

Mas como analisado anteriormente, falar de uma organização em rede não pressupõe entender que se trata de uma estrutura formal e institucionalmente definida como as empresas privadas, públicas, cooperativas ou organizações não-governamentais. As fronteiras são fluidas e se ampliam gerando conexões novas. Mesmo assim é preciso considerar que, no caso das redes produtivas, existe uma estrutura mais permanente que busca garantir as condições para a produção e a comercialização.

A noção de estrutura ampliada pode ser expressa por uma variedade de relações mais horizontais, que expressam “a capilaridade da sua articulação e sua inserção social, e não necessariamente a abrangência espacial” (AGUIAR, 2007). Assim, a flexibilidade de uma

rede “pode constituir ou desconstruir territorialidades (ligando pontos descontínuos no espaço), e com isso também a imagem pela qual se representa o espaço” (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007:256).

A Rede de Agroecologia Ecovida se institucionalizou como uma rede no ano de 1998, resultado de processos históricos locais realizados por organizações não governamentais na construção de alternativas ao modelo de agricultura em curso (Rede de Agroecologia Ecovida, 2004). A atuação destas organizações, em sua maioria ligadas à igreja católica, que se mobilizavam com a intenção de qualificar a agricultura familiar produzida na região, abrangia uma quantidade significativa de pontos de contato e relações mais próximas com as famílias do que os órgãos oficiais. Este elemento facilitador impulsionou o crescimento rápido da Rede Ecovida, com a adesão de considerável número de agricultores.

Institucionalizar as articulações já existentes em rede representou, dessa forma, uma estratégia de ação coletiva, encaminhamento que, como aponta Scherrer-Warren (1999:23) vem “sendo empregada de forma crescente pelos atores coletivos dos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos”, e, no Brasil, faz parte de transformações recentes na representação coletiva dos trabalhadores. Desde o início da década de 1990, novas articulações no campo das lutas sociopolíticas se estabeleceram, em decorrência, entre outros fatores, do esvaziamento tanto do papel dos sindicatos quanto da política em meio à concretização de projetos neoliberais e do processo em curso de recomposição do capitalismo.

A Rede Ecovida de Agroecologia se autodefine como um “espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes envolvidos com a produção, processamento, comercialização e consumo de produtos ecológicos” (Caderno de Normas para Certificação Participativa, 2007:05). Seus objetivos principais são: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; e ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade. Atualmente, a Ecovida abrange em torno de 170 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 30 ONGs e 10 cooperativas de consumidores como núcleo central formador da rede (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).

A entrada efetiva como membro da rede se dá após a comprovação de que o agricultor fez a “conversão” para a produção isenta de agrotóxicos e participa em reuniões e em processos de discussão dentro de um núcleo. Na composição dos núcleos estão agricultores familiares organizados em grupos, compostos geralmente por um número de famílias que obedece a critérios de proximidade geográfica. O número de famílias varia de nove a trinta, mas a maioria dos núcleos possui, no máximo, 15 famílias. Os grupos mais estruturados e com interesse de viabilizar reconhecimento jurídico para objetivos de comercialização ou de facilitar o relacionamento com o Estado estão registrados como associações.

As experiências analisadas potencializam condições para maior autonomia dos agricultores, em razão de apresentar estruturas de trabalho com interseções variadas, vinculando grupos ou indivíduos a diversos outros agentes que viabilizam a produção, comercialização, e inserção no mercado, sem estar necessariamente dentro de uma mesma estrutura organizacional. Isto amplia as relações para além do círculo produtivo cotidiano e diminui os limites definidos pela hierarquia organizacional ou divisão de funções de forma estrita.

Estas experiências no trabalho em rede incluem objetivos concretos que, ao serem alcançados, reforçam o significado social de êxito por meio de seus esforços e de reconhecimento da capacidade de se expressarem publicamente e representarem o grupo ou as experiências deste.

As relações com a área pública também são muitas vezes imprecisas, ora em movimentos antagônicos, ora atuando de forma complementar como concretizadora de programas governamentais.

Vale acrescentar que a capilaridade da Ecovida é retratada por seus encontros, núcleos, grupos de trabalho em cada um dos três estados que a compõem, conseguindo, dessa forma, garantir a unificação de suas pautas gerais. Por outro lado, a definição de temas locais garante a construção de sua territorialidade em torno de espacialidades regionais.

Esta dinâmica de busca de coesão baseada na manutenção de relações define uma face instável e ao mesmo tempo rica de constituição desta Rede.

Dentro dessa perspectiva, que se contrapõe ao modelo de grandes propriedades e ao assalariamento do trabalho agrícola, as decisões sobre o desenvolvimento integrando à cidade/campo envolvem possíveis interseções com a agroindústria, com o turismo, e também a adoção de outras formas de pensar a produção, como a agroecologia, por exemplo. Os desafios maiores percebidos neste sentido estão nas experiências com as pessoas nos pequenos grupos. Alguns grupos conseguem se defrontar com estes dilemas e percebeu-se que

a constância das reuniões é uma das formas de tratar as inseguranças que afloram nas relações. O outro aspecto, responsável por consolidar a base da estrutura é o tamanho dos grupos, que permite um conhecimento mais aprofundado de cada família e indivíduo. Conseguem também mudar o ambiente institucional em que se encontravam, uma vez que seu círculo de relações sociais agora inclui outros agentes, e apresentam perspectivas de ampliação, com as fronteiras da rede que se expandem nos diversos grupos e núcleos.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho nesta rede funciona como mecanismo de integração, como um contexto de aprendizagem e como um sistema de comunicação.

No caso da Rede de Agroecologia Ecovida, encontrou-se um ideário de cooperação e mutualidade fundado nos ideais da agroecologia e de herança associativista, que se pôde observar em alguns dos grupos estudados.

Considerando que o caso em estudo envolve a agricultura familiar, observa-se que as iniciativas empreendidas encontram limites para a produção e comercialização pela dificuldade em adquirir sementes e insumos, de ter acesso à atualização tecnológica, ao mercado e ao capital para investimentos. Vários fatores influenciam este quadro, envolvendo interesses de renomadas empresas e políticas públicas. Questões políticas relacionadas aos investimentos governamentais para o desenvolvimento rural a problemas de propriedade da terra, e a relação do Governo com os movimentos sociais organizados no meio rural compõem o contexto e impõem desafios para o desenvolvimento de alternativas para a agricultura familiar.

3. Novas bases organizadoras do espaço produtivo no meio rural

Considerada uma das novas dimensões da questão agrária na atualidade, a perspectiva de pensar o reordenamento do meio rural com novas bases organizadoras do espaço produtivo é um tema de interesse de governos, de associações de trabalhadores rurais, de universidades e de organismos de pesquisa³ (OPPA, 2008; Instituto Observatório Social, 2008).

³ O Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) constitui-se num grupo de pesquisa integrado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), ligado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

No Brasil, um desafio inicial para a mencionada mudança é passar de um modelo de “repartição setorial de recursos e de demanda de balcão, para uma lógica territorial e de projetos”, o que inclui a possibilidade de concretizar “contratos de desenvolvimento” com os atores locais, em vez da transferência controlada de recursos, por meio da distribuição de incentivos e concessão de isenções (ABRAMOVAY, 1996). Essas práticas que retratam um modelo de estímulo a iniciativas produtivas em regiões de pouco desenvolvimento econômico, se tornam um desafio a um outro tipo de institucionalidade, voltada à articulação de atores diversos e ao estímulo do surgimento de um ambiente propício ao enriquecimento do tecido produtivo local.

Da década de 1990 em diante, alguns programas governamentais foram criados com a intenção de gerar mecanismos para essa mudança de perspectiva. Dentre eles, a criação de conselhos gestores, responsáveis por decisões e controle de políticas públicas, com participação social de grupos locais organizados, e que se multiplicaram significativamente no país. A atuação das instâncias democráticas, requerem, no entanto, observação e crítica, a fim de constatar as diferenças regionais e os desafios para sua efetiva implementação. Os conselhos, como níveis decisórios, se conectam com uma outra mudança importante no planejamento econômico para o desenvolvimento rural brasileiro - os novos recortes territoriais, que extrapolam a lógica das cinco regiões que dividem politicamente o país. A estruturação por “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas e o Zoneamento Econômico Ecológico” são novas divisões já em curso no país (BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004: 36). A lógica espacial dos territórios como definidora dos investimentos no meio rural é utilizada em outros países, como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Irlanda, que têm exemplos tanto dos aspectos positivos, quanto dos problemas que dificultam a governança. Importa destacar que a adoção desses modelos respondeu às necessidades que se cruzaram com as mesmas razões que definiram o esgotamento do modelo fordista de crescimento econômico. Assim como na indústria, que buscou a descentralização, flexibilidade e integração entre concepção e execução no processo produtivo, no meio rural, a noção territorial parece corresponder ao mesmo tipo de alterações nas formas produtivas, das quais uma das mais importantes mudanças é que neste tipo de organização das atividades econômicas o planejamento dos investimentos deixa de ser exclusividade do Estado. O processo contém pressupostos de participação de diferentes atores sociais que têm de negociar e estabelecer consensos sobre os rumos de projetos pertinentes a regiões mais amplas do que o município e vinculadas por alguma característica de

similaridade ou de interesses comuns. Neste sentido, “o desenvolvimento rural passa pela construção destes territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam”. Do mesmo modo que nas formas industriais, aqui também se altera a natureza da cooperação entre os atores econômicos, em decorrência da organização produtiva descentralizada e coordenada por sistemas integrados em rede (ABRAMOVAY, 1996:11; BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Os impactos dessas transformações para as relações de trabalho no meio rural passam por uma revisão inevitável das formas de participação e criação de mecanismos de governança, a fim de diminuir os riscos de que as mudanças mantenham os agricultores reféns do processo, como no modelo da “modernização agrícola”. Se neste padrão o uso crescente de tecnologia e de insumos químicos eram os principais limitadores para a pequena produção familiar, as novas propostas de desenvolvimento incluem a formação de um tecido social e humano propiciador de conexões e sinergia. Como discutido no capítulo anterior, a dimensão relacional deste tipo de cooperação passou a ser uma força produtiva e implicou na necessidade de participação mais qualificada, o que se torna um desafio para os agricultores familiares.

Esses aspectos das relações de trabalho foram retratados em pesquisa recente que buscou identificar as dimensões atuais da vulnerabilidade do mundo do trabalho no Brasil, e destacou a existência de um contexto propiciador de informações e vínculos como condição cada vez mais crucial para acesso a oportunidades. Segundo a pesquisa no meio rural,

a distribuição desigual da propriedade da terra, do acesso ao crédito e a máquinas e equipamentos, a ausência de acesso universal a políticas que ofereçam boas condições de serviços de saúde, educação, formação e qualificação profissional, assim como a tendência à reprodução da distribuição desigual de alguns ativos sociais (do acesso a redes de reciprocidade, confiança e contatos; da profunda desigualdade em relação às condições de acesso à informação), são aspectos que colaboram para que, nos países menos desenvolvidos, principalmente, parcela muito elevada de indivíduos, famílias ou grupos sejam portadores de ativos físicos, pessoais e sociais insuficientes para garantir que eles possam aproveitar/disputar as oportunidades (MTE, 2009).

Sob essa ótica, permanece o desafio de romper com situações de vulnerabilidade crônicas que mantêm ciclos viciosos nos quais as oportunidades são aproveitadas pelos já detentores dos ativos mais valorizados pelos mecanismos de mercado, situação que reproduz e reforça suas desvantagens no que se refere a termos de posse de ativos.

Essas questões sugerem a pouca experiência por parte dos agricultores de atuações mais qualificadas na participação e processos decisórios, problemas similares aos encontrados nas iniciativas autogestionárias e nas cooperativas, que apresentam uma herança cultural originada de relações de trabalho com práticas autoritárias e de poder restrito a alguns cargos, como explicitado no primeiro capítulo. No meio rural, em especial nas pequenas localidades, o sistema de distribuição de recursos centralizados em decisões e encaminhamentos das agências representantes do governo criou e manteve práticas similares. Nos estados e municípios, a forma típica de atuação sempre privilegiou políticas setoriais que mantinham os atores locais em situação de espera de distribuição de recursos. Aliado a isto, a falta de articulação com as demandas e experiências reais da população local levou a expectativas não atendidas, e à desconfiança como um marco da relação da população rural carente com a atuação pública. O ambiente institucional gerado pela atuação das agências públicas de investimento no meio rural e órgãos de extensão rural se constituiu, dessa forma, como propiciador de práticas clientelistas e de pouca experiência de participação em decisões ou planejamento.

É possível que o Estado esteja buscando intervir no nível do território pelas qualidades que ele pode oferecer (identidade, possibilidade de consertação, etc.), mas também é verdade que ele poderia estar querendo “evitar” o município (pelo seu número, mas também por ser este nível “problemático”). Por outro lado, há certamente problemas que é mais interessante resolver num nível de abrangência maior que o município, mas menor que o nível estadual. Os exemplos mais comuns se referem a investimentos, como por exemplo, a criação de um aterro sanitário, etc. Na escolha de atuação territorial há uma aposta (geralmente implícita) de que atuar assim vai trazer uma maior eficácia (economias de escala, etc.). Vários dos fatores mencionados

também têm influenciado outros atores – por exemplo, da Sociedade Civil – no sentido de atuar ao nível territorial (FAO/MDA, 2007).

A perspectiva de atuação de mais atores nos processos decisórios parece se ampliar no sistema territorial, principalmente pela possibilidade de romper com interesses e coalizões sediadas no âmbito político dos municípios, pois a exploração de uma nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. Além do mais, são responsabilidades compartilhadas e até transferidas aos grupos, às ONGs e às associações de trabalhadores, que passam de certa forma a desempenhar um papel complementar de gestão para o estatal. Com isto, criam-se dilemas e questões políticas em debate dentro dos movimentos sociais e mesmo da Rede Ecovida.

Considerações finais

Nesta pesquisa foram investigadas a configuração do trabalho e a sociabilidade evidenciada em redes sociais produtivas, com foco nas experiências participativas de organização em rede de agricultores familiares, e nas relações de trabalho que se configuram nessas bases.

Para entender os desafios que se colocam nesta configuração do trabalho, tem-se que no pós-fordismo as relações sociais são revalorizadas como fatores de produção. Cumpre entender como isto ocorre nas formas em rede, e especialmente como a cooperação entre os componentes diversos destas e a orientação ao mesmo tempo para resultados econômicos interferem nas experiências participativas nos grupos. Discute-se, assim como as redes sociais produtivas alteram o processo e a organização do trabalho, a sociabilidade e a vida dos agricultores.

Conforme analisado as redes são uma forma crescente de organização dos pequenos produtores rurais no Brasil, notadamente no campo da agroecologia. Neste tipo de produção a adoção de práticas coletivas é considerada inerente ao conceito, sendo o aspecto social e a gestão participativa condições para se considerar a produção como agroecológica.

Observando-se o contexto que envolve a agricultura familiar no país, são encontrados projetos diversos que buscam articular políticas públicas com propostas como o planejamento econômico territorial, a construção de novos mercados e microcrédito para financiar o pequeno agricultor.

Neste contexto, a perspectiva agroecológica representa inovação como forma produtiva e a organização em rede estimulam novas relações dos agricultores com as instituições estatais. Como exemplo, a discussão coletiva para a construção de um modelo de certificação participativa obteve aprovação legal recente e possibilita maior autonomia social para os agricultores. A organização em rede tem permitido também a estruturação de canais de distribuição dos produtos, como os circuitos de comercialização que a Rede Ecovida vem organizando, com rotas diversas para pequenas, médias e grandes cidades e viabiliza a parceria entre os pequenos produtores para venda em maior quantidade.

Neste sentido, pode-se afirmar que a organização em rede traz novas oportunidades, mas também novas questões a serem consideradas.

A cooperação na Rede Ecovida pode ser explicada principalmente pela possibilidade de levar os interesses individuais para dentro da rede e a base desta ser formada por pequenos grupos, o que propicia solidez.

As motivações individuais (indivíduo e família), principalmente encontradas para a entrada na rede são as novas oportunidades de trabalho e de geração de renda. Pode-se afirmar que inicialmente há um interesse fortemente técnico- produtivo, que depois se amplia para um significado construído a partir de referências coletivas, com o pertencimento à rede ou ao

grupo. Depois de um período de envolvimento, os agricultores que permanecem se engajam principalmente por perceberem que a rede pode trazer mais informações e ajudá-los a alcançar objetivos que, sozinhos, não conseguiriam. Percebe-se uma tentativa de aproveitar as chances de ocupação de novos espaços no meio rural, como o do turismo.

A confirmação da validade de uma atuação coletiva, para alguns não está ligada especificamente à Rede Ecovida, pois já tinham vivenciado antes a participação em movimentos de mulheres, sindicatos e outras formas coletivas de organização. Referiram-se a estas, como a base para sua atuação, hoje, e o pertencimento a um grupo de apoio. O que parece ser acrescentado pela atuação na Rede Ecovida, nestes casos é a orientação dos esforços coletivos para a dimensão técnico-produtiva e a possibilidade de opinar e influenciar em decisões.

Pode-se afirmar que o que mais mobiliza a entrada nesta rede é o interesse produtivo, mas a visão e o propósito compartilhados é que mantém o grupo vinculado. O valor de trabalhar em grupo é alimentado por práticas organizadas pelas ONGs, mas as experiências cotidianas entre os componentes do grupo parecem ser mais importantes para reafirmar a coesão grupal.

No detalhamento do problema de pesquisa, à medida que se descobria o modo de funcionamento da Rede de Agroecologia Ecovida, verificava-se que as relações mais estreitas nos grupos eram fundamentais para a sua constituição e operação.

Pode-se constatar que a participação mais ativa das famílias nos grupos está baseada no compartilhamento de objetivos, na interdependência originada de práticas de mutualidade, como também em experiências de discordância e conflitos. Estas se originam de problemas originados das relações cotidianas, como na atuação nas comissões de ética para validar a produção orgânica, e nas reuniões para planejamento da produção, o que traz à tona pontos de vista distintos e conflitos, evidenciando um espaço de pluralidade. Estas relações de

interdependência, em alguns grupos geram confiança e maior transparência das relações cotidianas e conseguem se traduzir em um sistema de valores mútuos. Pode-se afirmar neste sentido, e com base nas pesquisas realizadas, que os agricultores familiares da Rede de Agroecologia Ecovida se estabelecem em rede e conseguem se organizar e agir produtivamente em razão das relações de cooperação baseadas na interdependência e também em interesses privados de indivíduos e famílias. Com isto constroem novos significados sociais e referências identitárias, compartilhando um ‘mundo comum’, conforme o termo arendtiano, baseado em objetivos que estabelecem entre o grupo e outros membros da rede, mas com sentidos individuais diferentes. Lidar com esta diversidade aumenta a complexidade das relações, assim como os novos papéis administrativos, a ampliação do processo de trabalho e o posicionamento nas decisões requeridas com a atuação em rede. Não há padronização nas práticas sociais de organização dos grupos, que funcionam também com autonomia para diversos encaminhamentos. Há normatização rígida apenas na obediência aos preceitos da produção orgânica e de princípios inerentes à concepção agroecológica, que derivam par aas concepções éticas da Rede Ecovida.

O funcionamento destas redes e a manutenção das relações estabelecidas pelos vínculos mais estreitos, ou nas fronteiras da rede derivam, portanto, da construção e articulação de vínculos que façam sentido para os participantes. Não se trata de trabalhadores rurais assalariados, e sim de agricultores familiares com propriedades individuais. Também não se tratam de cooperativas nas quais tomem decisões conjuntas em diversos assuntos, e sim pequenos grupos interligados em núcleos. Isto faz com que decisões sejam tomadas pelas famílias sem voto ou interferência dos demais. Mas as regras nos núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida enfatizam a coletividade e a cooperação como valores reforçados com a transferência de determinadas responsabilidades que são concretizadas pelo grupo. A proposta é de descentralização das decisões, mas um dos desafios presentes neste caso é a

integração, visto inclusive a pouca utilização de meios eletrônicos para comunicação, de difícil acesso para as famílias. Mas mais do que as condições tecnológicas e a competência dos agricultores para atuar administrativamente, necessária de ser disseminada, está em foco o compromisso com o grupo e a continuidade dos projetos. Conforme demonstrado nos exemplos estudados, este desafio passa pela construção de valores comuns sem a negação dos interesses individuais, mas depende também da realização com êxito dos projetos coletivos, que funcionam inclusive como elemento de reforço da identidade coletiva. Algumas conquistas como o espaço para a comercialização em Garopaba, o maquinário e a sede da panificação na comunidade de São Pedro, a aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) das agricultoras da Associação de Otacílio Costa, e os chalés para receber o turismo rural na comunidade do Albardão são histórias usadas como referência entre os agricultores do grupo, e contadas também por outros.

A literatura sobre o tema das redes é bastante ampla e não pode ser esgotada nesta tese, mas vale destacar que a perspectiva adotada neste trabalho procura dialogar com duas concepções centrais sobre a natureza das redes: a de ser produtiva, e por isto orientada para resultados econômicos, e a de ser ao mesmo tempo voltada para valores sociais coletivos. Torna-se fundamental para articular as duas concepções, a apropriação pelos trabalhadores, da dimensão da rede como força produtiva, materializando desta forma as interações empreendidas coletivamente para atender a finalidades propostas pelos grupos.

Estas considerações permitem confirmar a hipótese de que a configuração do trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida consegue gerar relações econômicas e experiências de cooperação baseadas na interdependência, além de revelar interesses individuais e sedimentar outros compartilhados. É neste sentido que as relações sociais tornam-se uma base importante a partir da qual os agricultores podem adquirir as condições necessárias à uma participação mais qualitativa que proporcione autonomia social.

Mas, se ganha importância a incorporação das relações sociais como parte da produção, essa utilização incorre em dedicação de tempo a exercício de novas funções para alimentar as conexões na rede. São novas experiências e trazem novos dilemas, pois não são garantia de participação ativa ou de uma ação política dos sujeitos.

Como já considerado, nas experiências de trabalho coletivas, o reconhecimento pelos indivíduos daquilo que para eles guarda um significado de 'vida comum', precisaria incluir uma atuação política nos micro-espços públicos, nos quais se requer responsabilização e participação nas decisões. Para que este envolvimento ocorra seria necessária uma conexão com interesses ligados à esfera da vida privada.

Nas situações estudadas, outras experiências, além do trabalho foram reveladas como influenciadoras da qualificação dos agricultores para uma atuação política: a herança associativista nas regiões estudadas, a existência de pequenas propriedades como base econômica histórica no Estado e o desejo de retorno ao trabalho no meio rural, entre outros fatores. Mas as experiências no trabalho em rede incluem objetivos concretos que ao serem alcançados reforçam o significado social de êxito através de seus esforços e de reconhecimento da capacidade de se expressar publicamente e representar o grupo ou as experiências deste. Assim, pode-se afirmar que na Ecovida, a rede funciona como mecanismo de integração, como um contexto de aprendizagem e como um sistema de comunicação.

As experiências relatadas pelos agricultores durante a pesquisa de campo revelaram mudanças na vida cotidiana e relações familiares. A produção agroecológica e a participação na Rede têm possibilitado a diversos agricultores o retorno ao campo e alimentar a perspectiva de que os filhos possam permanecer no meio rural, sem serem forçados a buscar ocupações fora por falta de condição de produzir. Há também uma significativa inserção das mulheres, seguida da inserção posterior dos maridos, que executavam trabalhos considerados

penosos, como o trato com a cultura do fumo e plantio de verduras com uso intensivo de produtos químicos. Em outras famílias o marido continua trabalhando como vigia, pedreiro e em funções de apoio na cidade, enquanto a esposa desenvolve atividades ligadas à agroecologia, mas a perspectiva de viver destas atividades é apontada por vários entrevistados.

Há, no entanto, questões complexas que emergem destas novas relações sociais de trabalho: grupos onde a individualização no processo de trabalho volta a ser reforçada, pela pressão de tempo e pela quantidade de trabalho; relações familiares e de amizade, que se misturam às relações de trabalho, com interferências e repetição de padrões familiares nos modelos de decisão e momentos de conflito; e a impossibilidade de pagar empregados, levando ao acúmulo de novas funções que ampliam o processo de trabalho e o tornam novamente penoso. Com isto, o tempo restrito e a energia laboral acabam impedindo ou diminuindo a inserção política e a relação com outras esferas. A atividade volta a ter a imposição de um ritmo desgastante. Como exemplo, a agroindústria para produção de pães, geléias e sucos incluem horas de trabalho seguidas, sem hora para término. As mesmas famílias se voltam a outras possibilidades como o turismo, mas não há mão-de-obra disponível.

Também surgem novas questões para as quais eles não têm resposta e agem ainda através de soluções individuais, aumentando o esforço pessoal. Para a resolução de desafios como o aumento da demanda e novas oportunidades de negócio, ocorrem casos de isolamento e a falta de abertura para levar ao espaço coletivo do grupo questões que poderiam ser discutidas, ou até captar soluções empreendidas por outros. Este comportamento é diferente nos grupos que se reúnem de forma mais constante, com exposição de problemas, dúvidas e propostas, sem intermediação obrigatória das ONGs que articulam as atividades dos núcleos.

É perceptível o amadurecimento e identidade destes grupos, que não se diluem na Rede ou se misturam com as ONGs.

Como considerado, algumas das atividades econômicas são pouco promissoras, gerando baixo rendimento. Entretanto, ressalta-se que mais do que a ampliação do espaço de interação social dos agricultores, ocorre o acesso a instituições com as quais estes até então não se relacionavam. Há dessa forma uma mudança no ambiente institucional em que se encontravam e ocorre uma inserção dos agricultores em grupos diversos, com informação sobre outras oportunidades de atuação no meio rural e melhorias das formas de cultivo do solo e técnicas agropecuárias. Com isto a forma de realizar o trabalho passa a incluir o desenvolvimento de capacidades ligadas à administração de processos na rede. Também é perceptível o crescente interesse pelo estudo e práticas de lazer, incluindo viagens e atividades sócio-culturais na comunidade local.

Rompe-se assim com condições alienantes do trabalho do agricultor, ligadas ao conhecimento e informação e, ao isolamento que estavam submetidos atuando em cultivo de produtos em grande escala para compradores que definiam o preço sem negociação ou na realização do trabalho na agricultura familiar, com o envolvimento basicamente com a família.

Entretanto a diminuição de algumas condições alienantes não resolve problemas da comercialização, crédito e contratação de mão-de-obra auxiliar, que mesmo com o apoio da Rede Ecovida e a cooperação dos parceiros, tornam-se responsabilidade dos agricultores. Desta forma, novas questões são postas inclusive para políticas públicas. Em algumas famílias há a possibilidade de inserção dos maridos no trabalho, e em outras, parentes pensam em retornar da cidade para se juntar à família. Este movimento de retorno ao meio rural pode solucionar a demanda de trabalho em alguns casos, mas a questão central ainda permanece. Os próprios agricultores afirmam que são iniciadores destas formas de produção, e que já

“pagaram um alto preço” trabalhando muito sem receber retorno financeiro adequado. Acreditam que este retorno começa a vir agora, e reconhecem que quem continuou plantando alimentos orgânicos precisou assumir que os ganhos só vêm em longo prazo.

Considera-se ainda que no caso do trabalho rural agroecológico, a revalorização de atividades tradicionais de plantio permite ganhos de valor social, também perante a comunidade em que vivem e o fortalecimento da condição de atuação política. Finalmente não se está afirmando aqui que a organização em rede seja suficiente para gerar oportunidades de ocupação produtiva que gerem renda significativa e perene, mas sim funcionar como contrapartida surgida de interesses de grupos em uma dada comunidade, para se vincular de forma mais legítima a projetos públicos que se propõem a criar espaços possíveis de inserção econômico-social.

A complexidade que se propõe evidenciar no trabalho articulado em redes requer analisar experiências e conflitos para o trabalho coletivo orientado para o social e com fins econômicos. Este tipo de estrutura altera o *processo e a organização* do trabalho, requisitando dos trabalhadores maior uso de capacidades de comunicação, iniciativa e *autonomia* para o desempenho das funções. Estas análises incluem a revisão da noção de “cooperação” e “autonomia” idealizadas como forma de participação e autogestão, e o risco destas obedecerem a critérios de produtividade e alcance de eficiência, dentro da mesma lógica do modo de produção capitalista, além de revelar os avanços obtidos. As formas de sociabilidade no trabalho articulado em redes fazem parte do desafio de realizar a crítica às alterações que emergem nas práticas sociais do capitalismo, investigando quais os seus significados e propondo novas experiências. A motivação individual (indivíduo e família), principalmente encontrada para a entrada na rede são as novas oportunidades de trabalho e de geração de renda. Pode-se afirmar que inicialmente há um interesse fortemente técnico- produtivo, que depois se amplia para um significado construído a partir de referências coletivas, com o pertencimento à rede. Depois de um período de envolvimento, os agricultores que permanecem se engajam principalmente por perceberem que a rede pode trazer mais informações e ajudá-los a alcançar objetivos que, sozinhos, não conseguiriam. Percebe-se uma tentativa de aproveitar as chances de ocupação de espaços, como o do turismo.

A confirmação da validade de uma atuação coletiva, para alguns não está ligada especificamente à Rede Ecovida, pois já tinham vivenciado antes a participação em movimentos de mulheres, sindicatos e outras formas coletivas de organização. Referiram-se a estas, como a base para sua atuação, hoje, e o pertencimento a um grupo de apoio. O que parece ser acrescentado pela Ecovida é a orientação dos esforços coletivos para a dimensão técnico-produtiva e a possibilidade de opinar e influenciar em decisões.

Há, no entanto, questões espinhosas que emergem destas novas relações sociais de trabalho: grupos onde a individualização no processo de trabalho volta a ser reforçado, pela pressão de tempo e pela quantidade de trabalho; relações familiares e de amizade muito próximas, passando a significar problemas para as relações de trabalho, com interferências e repetição de padrões familiares nos modelos de decisão e momentos de conflito; e, tanto a impossibilidade de pagar empregados, como o acúmulo de novas funções que ampliam o processo de trabalho e o tornam novamente penoso. Com isto, o tempo restrito e a energia laboral, acabam impedindo ou diminuindo a inserção política e a relação com outras esferas. O foco da atividade volta a ser a imposição de um ritmo desgastante. Considera-se finalmente que no caso do trabalho rural agroecológico, a revalorização de atividades tradicionais permite ganhos de valor social, perante a comunidade em que vivem e o fortalecimento da condição de atuação política, por perceberem o impacto da própria mobilização. Não se está afirmando aqui que a organização de grupos seja suficiente para abrir oportunidades de ocupação produtiva que gere renda significativa e perene, mas sim funcionar como contrapartida surgida de redes de relacionamento em uma dada comunidade, que pode se vincular de forma mais legítima a projetos públicos que se propõem a criar espaços possíveis de inserção econômico-social.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. “A Rede, os Nós, as Teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.6, p.159-177, Nov./dez. 2000.

BAIARDI, Amílcar;NADIA, Ruthy. Redes, associativismo e cultura política em uma sociedade globalizada.Caderno CHR. Vol.19, nº46 pág111 a 121,2006.

BALESTRO, M. “Redes de Inovação e Capital Social: Apontamentos Conceituais”. In: XXVIII Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), Curitiba, 2004.

BORGES, Zilma de S. A Configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas: experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida. Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. Doutorado em Ciências Sociais, 2009.

Caderno de Normas para Certificação Participativa. *Rede de Agroecologia Ecovida*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2008.

MACHADO, Eliel. Lutas e Resistências na América Latina hoje. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1, p. 12-24, set. 2006.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes Sociais- aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MOURA, M. Cidades Empreendedoras. Tese de Doutorado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

PEREIRA, Hernani; FREITAS, Mário. “Contribuição da análise de redes sociais para o estudo sobre os fluxos de informações e conhecimento”. In: PEREIRA, H. ET all; (Orgs.). *Mosaico: Difusão do Conhecimento na Sociedade da Aprendizagem. n. 1*. Salvador e Feira de Santana: Edufba e Editora da UEFS, 2005.

RADOMSKY e SCHNEIDER. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Tempo Social*. Vol. 22, n°2, 2007.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Caderno de Normas para Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2008.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Training Manual: participatory guarantee of ecological products*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2004.

SENNETT, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo* (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro: Record.

SWEDBERG, R. *Sociologia Econômica: hoje e amanhã*. [S.I.]: Tempo Social online, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01.pdf>>. Página acessada em 13.10.2007.